

HISTÓRIA POLÍTICA, HISTÓRIA DO PODER: VISITANDO MANUAIS DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA COMO ESTRATÉGIA PARA O ESTUDO POLÍTICO TARDO-MEDIEVAL PORTUGUÊS

Lukas Gabriel Grzybowski¹

RESUMO: A história política foi por muito tempo, durante o século XX, colocada em segundo plano, em prol do desenvolvimento de estudos no âmbito social, econômico e cultural. Entretanto, em fins do referido século, surgiu uma nova corrente de estudos históricos que busca trabalhar a história política, pensando a política em termos das relações de poder, fugindo das abordagens clássicas, do século XIX. Para possibilitar tal corrente de estudos é preciso, contudo, revisitar a produção historiográfica portuguesa de cunho político, que é a nossa proposta neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Nova História Política; História do Poder; Historiografia Portuguesa; Baixa Idade Média portuguesa.

Introdução

Os estudos de história política dominaram a produção historiográfica durante o início da institucionalização da História enquanto disciplina acadêmica. Neste período surgiram grandes tratados de profunda erudição que se propunham a abarcar todo o conhecimento acerca da História do mundo. Em âmbito nacional, cada país apresentava uma historiografia centrada na problemática da delimitação do sentido de nação e das origens dessa nacionalidade. Parte desse ‘fazer histórico’ relacionava-se à noção de verdade

¹ Graduando do curso de História pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do programa PIBIC/CNPq.

histórica², necessariamente documentada e reconhecida através do desenvolvimento de metodologias de pesquisa baseadas nas fontes ditas primárias, aquelas a que se atribuía tal valor de verdade a partir de sua crítica, muitas vezes realizada a partir do aparato fornecido pela filologia entre outras ciências chamadas auxiliares da História. Dentro desta perspectiva considerava-se verdadeiro e digno de estudo o documento que pudesse ser datado com precisão, atribuído a um autor ou instituição ‘reconhecidos’, dado que garantia um estatuto de documento oficial à fonte histórica, por isso verdadeira. Assentava-se aí o fator que garantia a centralidade dos estudos históricos nos assuntos que envolviam a política, uma vez que os documentos tidos por verdadeiros eram oficiais, e perduraram até aquele momento essencialmente por seu cunho administrativo e institucional e por representarem as ações dos círculos mais elevados do poder.

Quando no início do século XX parte da historiografia francesa, organizada em torno da revista *Annales* – assim como outros grupos, em outras regiões, mais cedo ou mais tarde³ – inicia

² Sobre as concepções de História, em especial de ‘verdade histórica’ ver BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. São Paulo Editora UNESP. 1991; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2003; DOSSE, François. *A História*, Bauru-SP: EDUSC. 2003.

³ Especialmente em GOETZ, Hans-Werner. Wahrnehmungs- und Deutungsmuster als methodisches Problem der Geschichtswissenschaft. In: BLEUMER, Hartmut e PATZOLD, Steffen. *Wahrnehmungs- und Deutungsmuster im europäischen Mittelalter*. [s.l.]. 2003. pp. 23-33; GOETZ, Hans-Werner. Von der *res gesta* zur *narratio rerum gestarum*. Anmerkungen zu Methode und Hilfswissenschaften des mittelalterlichen Geschichtsschreibers. **Revue belge de philologie et d'histoire**. n. 67, 1989, pp. 695-713; GOETZ, Hans-Werner. Der hochmittelalterliche Geschichtsschreiber und seine Quellen: Zur historiographischen Praxis im Spiegel von Geschichtsverständnis und Geschichtsbewußtsein. **Mittellateinisches Jahrbuch**. Stuttgart. Vol. 32. N. 2. 1997; GOETZ, Hans-Werner. *Proseminar Geschichte: Mittelalter*. Stuttgart: Eugen Ulmer. 2006. O historiador alemão preocupa-se em grande parte de sua obra com o tema da historiografia – especialmente no que tange ao medievalismo – e com a teoria da História. Suas

uma crítica a esse modelo de se fazer História, boa parte dos ataques destes historiadores recai sobre a perspectiva política da historiografia,⁴ que tem seu valor diminuído e é relegada a um segundo plano em prol das propostas de uma historiografia que se preocupasse com os aspectos sociais e econômicos das sociedades do passado. Avançaram ainda além da proposta inicial para na segunda metade do século ao aventurarem-se pelos caminhos da cultura, do cotidiano, da sexualidade, das mulheres, dos excluídos.⁵ Sem dúvida foi uma aventura necessária para o desenvolvimento da historiografia diante de um modelo que já se mostrava desgastado, como o modelo da historiografia metódica.

Esta mesma historiografia que criticava o ‘positivismo’ dos historiadores metódicos⁶, no último quartel do século XX observou, no entanto, uma necessidade da retomada dos estudos de história

contribuições tratam das reformas propostas pela escola francesa dos Annales, mas aponta para outros centros de renovação, especialmente na academia germânica.

⁴ A este respeito BURKE, Peter. *Op. Cit.*. 1991, na qual encontramos a seguinte passagem, de significativa importância a cerca do afastamento da política do centro dos estudos historiográficos. “De qualquer forma, os historiadores eram vistos dessa maneira pelos cientistas sociais. O desprezo de Durkheim pelos eventos já foi mencionado; seu seguidor, o economista François Simiand, foi mais longe nesse sentido, quando, num famoso artigo, atacou o que chamou de “os ídolos da tribo dos historiadores”. Segundo ele, havia três ídolos que deveriam ser derrubados: “o ídolo político”, “a eterna preocupação com a história política, os fatos políticos, as guerras, etc., que conferem a esses eventos uma exagerada importância”; o “ídolo individual”, isto é, a ênfase excessiva nos chamados grandes homens, de forma que mesmo estudos sobre instituições eram apresentados como “Pontchartrain e o Parlamento de Paris”, ou coisas desse gênero; e, finalmente, o “ídolo cronológico”, ou seja, “o hábito de perder-se nos estudos das origens” (Simiand, 1903).”

⁵ A este respeito ver CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; BURKE, Peter. *Op.Cit.* 1991.

⁶ Nós contestamos tal visão a respeito da historiografia oitocentista baseados na afirmação “Augusto Comte ridiculizava o que chamava de “insignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis”, e defendia o que chamou, numa frase famosa, “uma história sem nomes” (Comte, 1864, lição 52).” (BURKE, Peter. *Op.Cit.* 1991)

política, baseados agora não mais nos mesmos pressupostos, ultrapassados graças aos estudos desenvolvidos durante a preponderância sócio-econômico-cultural da história, mas em novos paradigmas, que apontavam para o político a partir do entendimento dos fatos tendo como base uma perspectiva das relações de poder entre os diversos agentes da história. Buscou-se então, dentro da chamada *Nova História Política*, revisitar os temas que envolviam as ações políticas, administrativas e institucionais, através de novas abordagens e da proposição de novos problemas a serem discutidos.

Esta proposta tinha como pano de fundo as discussões filosóficas realizadas especialmente após os movimentos culturais observados a partir de meados do século XX. Discussões que traziam à tona novos conceitos de sociedade, reflexões a que comumente se chama de pós-modernismo, e que tiveram grande influência sobre as ciências sociais e humanas de uma maneira geral. Ambiente no qual se passou a questionar o sentido do conhecimento como meio para se atingir a verdade, que deixou de se localizar na realidade e passou a ser vista como uma forma de discurso entre tantas outras formas.

Depreende-se daí que no universo político os fatos passam a ser construções realizadas a partir das disputas de poder entre os diversos agentes políticos, em uma relação que ultrapassa na maior parte das vezes a relação entre dominantes e dominados, contribuição evidente do marxismo oitocentista, e assumem formas mais complexas que envolvem todo o arcabouço cultural das sociedades. Estas também não mais plenamente tangíveis, uma vez que a partir das prerrogativas do pós-modernismo passam a ser vistas em uma multiplicidade de inter-relações sistêmicas entre os grupos e indivíduos que a compõe de maneira infinitamente complexa.

O que importa ao se tratar do político então deixa de ser o fato, passando a ser a construção da verdade sobre aquele fato, seu discurso legitimador, que realiza a ponte entre uma realidade inatingível e incompreensível e um conhecimento finito, circunscrito e mais ou menos controlável acerca do ‘acontecimento’.

Isto representou um grande salto para a historiografia, que viu então a necessidade de revisitar os temas políticos a partir de novos paradigmas e novo ferramental. Novas fontes de informação surgem no âmbito das novas perguntas que a historiografia colocava ao passado em seu âmbito político, fruto do alargamento do próprio sentido de político, não somente na historiografia, mas em todo o universo das discussões acadêmicas em torno do homem e das sociedades humanas.⁷

Na historiografia portuguesa, em especial, essa tendência se verificou a partir da década de 1980, com os trabalhos de historiadores como José Mattoso e Armindo de Sousa. Já na década de 1990 os estudos baseados na prosopografia, linha de pesquisa que já vinha se desenvolvendo na Europa desde a década de 1960, acabam por coroar os trabalhos de História do Poder⁸ com trabalhos de Humberto Baquero Moreno, Armando Luís de Carvalho Homem, entre outros.⁹

As possibilidades de se fazer uma história política a partir das relações de poder existentes na sociedade vieram à tona essencialmente em virtude das elaborações teóricas que evidenciam a necessidade da pesquisa basear-se na hermenêutica. Como parte das pesquisas que realizamos durante os últimos anos em nível de Iniciação Científica – projeto que se propõe a analisar a imagem do monarca português D. Fernando I a partir da crônica que sobre ele escreveu Fernão Lopes – desenvolvemos os breves comentários que se seguem, a respeito da historiografia portuguesa que trabalha o período tardo-medieval, mesmo recorte que o nosso, retomando

⁷ Em relação às fontes medievais e o trabalho do Historiador medievalista ver GOETZ, Hans-Werner. *Op. Cit.* 2006; GOETZ, Hans-Werner. *Op. Cit.* 1989; GOETZ, Hans-Werner. *Op. Cit.* 1997; GOETZ, Hans-Werner. *Op. Cit.* 2003.

⁸ Que participam da Nova História Política

⁹ FERNANDES, Fátima R. *Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa: dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: Ed. UFPR, 2003. p. 17.

alguns autores clássicos e propondo também a análise que envolve os trabalhos mais recentes, no âmbito da Nova História Política.

Trabalhar a monarquia portuguesa, em especial o reinado de D. Fernando, é um tema que se delimitou durante os dois últimos anos em que estivemos trabalhando com Fernão Lopes, autor das crônicas de três reis portugueses: D. Pedro I, D. Fernando e D. João I. No decorrer da pesquisa que realizávamos, nos deparamos com uma imagem recorrente apresentada pela historiografia portuguesa acerca do monarca D. Fernando, na qual o rei é tido como incompetente, desastroso, inconstante, enfim, uma série de qualificações negativas sobre sua atuação.

Os Manuais

Damião Peres¹⁰ é um autor clássico da historiografia portuguesa. Sua produção se concentra na primeira metade do século XX, tendo sido ele o diretor da *História de Portugal*, publicada entre 1928 e 1954 como um grande manual de história. A obra, por seu caráter voltado principalmente para a história política de Portugal e sua proposta monumental, apresenta-se como uma fonte valiosa de dados acerca dos personagens centrais tratados em nossa pesquisa. Além destes, o cuidado despedido ao relato dos eventos centrais no âmbito da política de D. Fernando, principalmente no que tange os conflitos, tanto internos quanto com os demais reinos ibéricos, frutos de uma política de alianças que poderíamos chamar continental, que se verificaram durante seu reinado aparecem descritos de maneira formidavelmente detalhada na obra. O que buscamos essencialmente através desta foi então encontrar aspectos detalhados que nos pudessem reconstruir o panorama geral da época estudada, formulando a partir disso um contexto político que nos fornecesse as bases para abordarmos o conteúdo da Crônica de D. Fernando, de

¹⁰ PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos. Editora Portucalense, v. 2, 1929.

Fernão Lopes. Quanto à postura do autor, é clara sua atitude passional diante dos fatos que narra, admitindo que as fontes reproduzem a “verdade” dos fatos nelas narrados, reflexo do momento em que a obra era produzida no âmbito da historiografia portuguesa. Quanto ao reinado de D. Fernando, os capítulos foram escritos com base na mesma fonte com a qual trabalhamos, e apresenta a imagem supracitada do monarca, uma reprodução que parte da noção de documento-verdade, assumida pelo autor português diante de suas fontes. Tratando-se de um trabalho mais antigo, cremos inicialmente que a forma como D. Fernando era apresentado, estava ligada ao momento historiográfico de produção da obra. Para averiguar tal hipótese, contudo, achamos necessário prosseguir à leitura de outras obras de semelhante conteúdo, mas cuja produção fosse posterior à de Damião Peres.

Optamos por passar então à leitura de Joaquim Veríssimo Serrão¹¹. Em Sua História de Portugal, composta a partir da década de 1960 em um Portugal desgastado por anos de uma ditadura autoritária marcante, o autor esforça-se de início em traçar o perfil do monarca, citando largamente Fernão Lopes. Uma vez que nossa proposta também é trabalhar o perfil do monarca português, segundo as crônicas de Fernão Lopes, este trabalho de Serrão nos pareceu de grande relevância, apesar do autor ainda não apresentar a abordagem com a qual estamos trabalhando no desenvolvimento de nosso projeto. O autor, conquanto aponte dados referentes à atuação política de D. Fernando, apresenta uma abordagem da Crônica mais voltada para a análise de aspectos sócio-econômicos da mesma. Quanto ao estilo de escrita de sua obra, Joaquim Veríssimo Serrão já não apresenta as mesmas características de passionalidade e envolvimento com a fonte que pudemos observar em Damião Peres, entretanto a conclusão a que Serrão chega se aproxima bastante das conclusões daquele autor. D. Fernando é representado em sua História de

¹¹ SERRAO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado Pátria e Nação (1080-1415)*. Lisboa. Editorial verbo, v. 1, 1977.

Portugal como um rei fraco, levado aos mais graves erros pela influência de elementos estrangeiros em sua política econômica e social internas. Tal construção, embora explore elementos distintos dos trabalhados por Damião Peres nos faz crer em uma linha historiográfica, que é possível que tenha se iniciado já nas obras de Oliveira Martins.¹²

Partícipes dos novos modelos da historiografia política a que nos referimos anteriormente como Nova História Política, o organizador deste grande manual de história de Portugal, José Mattoso e o autor dos capítulos aos quais nos ativemos, Armindo de Souza¹³, apresentam uma abordagem mais crítica em relação às fontes da história de Portugal, em especial no que se refere à análise das crônicas medievais portuguesas, assim como os autores passam a incorporar novas fontes para o estudo dos aspectos humanos, sociais, econômicos e culturais que em seu conjunto mantém profunda conexão com os caminhos e descaminhos políticos do reino português durante o medievo. É um trabalho que revisa os conceitos comumente aceitos na historiografia e apresenta novas soluções para o estudo da história de Portugal. Contudo, ainda assim a imagem canonizada na historiografia acerca do rei D. Fernando perdura em muitos aspectos.

Conclusão

A título de conclusão, pudemos observar neste breve levantamento que os manuais de História de Portugal possuem uma coesão historiográfica aos tratar do reinado de D. Fernando de Portugal, em fins do séc. XIV, a partir de uma perspectiva política da atuação deste monarca. Há a manutenção de certo estereótipo do

¹² MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães & Cia. 1977. Outros autores também foram consultados acerca do reinado de D. Fernando, e apresentavam em linhas gerais a mesma caracterização que segundo observamos já estava presente nas primeiras obras da historiografia moderna portuguesa.

¹³ SOUSA, Armindo de. A monarquia feudal (1096-1480). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa. Editorial Estampa, v. 2, 1993.

monarca português a partir da narrativa de Fernão Lopes, redigida cerca de três quartos de século mais tarde, sob encomenda do monarca D. Duarte, pertencente já à dinastia de Avis, que substitui à dinastia de Borgonha, da qual D. Fernando foi o último representante.¹⁴ A partir dessas informações seria necessário realizar, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Política, alguns questionamentos quanto ao discurso de Fernão Lopes, perpetuado pela historiografia portuguesa através dos manuais de História de Portugal. Analisando as obras citadas, vemos que o discurso do autor da Crônica de D. Fernando tem seu discurso legitimado e tido por verdade histórica nos manuais portugueses desde ao menos a institucionalização da ciência histórica em Portugal. As alterações que observamos no trato com as fontes e na abordagem da questão política nos diversos autores são visíveis, contudo mantêm-se em linhas gerais as mesmas caracterizações observadas na Crônica de Fernão Lopes, em que o rei aparece como incapaz, desastroso, negligente etc.

Não se trata contudo de uma perspectiva geral da historiografia portuguesa¹⁵ com relação ao tema. Trabalhos mais recentes apresentam maiores mudanças na interpretação do reinado de D. Fernando. Destaco aqui o trabalho de duas autoras brasileiras, Fátima Regina Fernandes¹⁶ e Marcella Lopes Guimarães¹⁷. O trabalho de Fátima Fernandes segue a linha prosopográfica de análise, sendo

¹⁴ ARNAUT, Salvador Dias. Introdução. In: LOPES, Fernão. *Crónica do senhor rei Dom Fernando nono rei destes regnos*. Porto: Livraria Civilização. 1979.

¹⁵ A terminologia pode gerar alguma confusão. Refiro-me não à historiografia composta por historiadores portugueses exclusivamente, mas àquela que trata da História de Portugal.

¹⁶ FERNANDES, Fátima R *Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa: dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: EDUFPR, 2003.

¹⁷ GUIMARÃES, Marcella L. *Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”*. Curitiba, 2004. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

que o objeto de pesquisa da autora é a nobreza medieval portuguesa durante o reinado de D. Fernando. A partir dos estudos das trajetórias de importantes famílias do grupo nobiliárquico português, a autora analisa as relações de poder em fins do século XIV em Portugal. Para desenvolver sua pesquisa, Fátima utilizou-se da crônica de D. Fernando, escrita por Fernão Lopes, assim como outras fontes narrativas e chancelares. Marcella Lopes Guimarães escreveu uma tese de doutorado, ainda inédita, na qual trabalha com o autor das crônicas régias, Fernão Lopes, realizando uma análise da sua obra, em que aponta para a compreensão da composição lopeana a partir do contexto das relações de poder no reino português no momento em que o cronista vive. Certa medida, essa análise se aproxima da visão de monografia de Johann Huizinga.¹⁸ Ambos os trabalhos inserem-se definitivamente no contexto de produção da Nova História Política, e como consequência apresentam uma nova crítica ao discurso já cristalizado acerca do reinado de D. Fernando, apontando para a contextualidade da própria produção de Fernão Lopes como determinante para a imagem que o cronista cria do rei.

Tem-se assim que os manuais de História de Portugal carecem ainda de maior influência dos novos modelos teórico-metodológicos da Nova História Política no trato que fazem das fontes para apresentar uma renovação de seus conteúdos em vistas dos novos pressupostos historiográficos surgidos. A transposição do modelo proposto por este renovo da História Política faz-se extremamente necessário a fim de rever certos conceitos e imagens criados pela historiografia política tradicional, e que muitas vezes já se mostram defasados em relação aos estudos de História atuais.

BIBLIOGRAFIA

¹⁸ Segundo Johann Huizinga, a monografia seria uma obra historiográfica que parte da análise de um determinado personagem histórico relevante para a compreensão do contexto em que este personagem histórico se insere. Huizinga escreve Erasmo, seu exercício de escrita monográfica em 1924.

ARNAUT, Salvador Dias. Introdução. In: LOPES, Fernão. *Crónica do senhor rei Dom Fernando nono rei destes regnos*. Porto: Livraria Civilização. 1979.

CAMPOS, Agostinho (org.). Fernão Lopes. In: *Antologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand. 1920. Introdução aos 3 vols.

DUBY, Georges. *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

FERNANDES, Fátima R e FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na Península Ibérica*. Curitiba: Juruá. 2001.

FERNANDES, Fátima R. O poder na Baixa Idade Média portuguesa. *Atas da IV /semana de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais – FAPERJ, p. 34-40. 2001.

_____. *Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa: dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: EDUFPR, 2003.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa, Edições 70, trad. Fátima Martins Pereira, 1970.

FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na Antigüidade Tardia ocidental*. Curitiba: Juruá. 2003.

GOETZ, Hans-Werner. *Proseminar Geschichte: Mittelalter*. Stuttgart: Eugen Ulmer. 2006.

GOETZ, Hans-Werner. Von der *res gesta* zur *narratio rerum gestarum*. Anmerkungen zu Methode und Hilfswissenschaften des mittelalterlichen Geschichtsschreibers. *Revue belge de philologie et d'histoire*. n. 67, 1989, pp. 695-713.

GOETZ, Hans-Werner. Der hochmittelalterliche Geschichtsschreiber und seine Quellen: Zur historiographischen Praxis im Spiegel von Geschichtsverständnis und Geschichtsbewußtsein. *Mittelalterliches Jahrbuch*. Stuttgart. Vol. 32. N. 2. 1997.

GOETZ, Hans-Werner. Wahrnehmungs- und Deutungsmuster als methodisches Problem der Geschichtswissenschaft. In: BLEUMER, Hartmut e PATZOLD, Steffen. *Wahrnehmungs- und Deutungsmuster im europäischen Mittelalter*. [s.l.]. 2003. pp. 23-33.

- GUIMARÃES, Marcella L. *Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”*. Curitiba, 2004. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: EDUSP. Trad. Tereza Aline Pereira de Queiroz. 1974.
- LE GOFF, J. e NORA, P. (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves. 1976.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC; trad. José Macedo, 2005.
- LOPES, Fernão. *Crónica do senhor rei Dom Fernando nono rei destes regnos*. Porto: Livraria Civilização, 1979.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães & Cia. 1977.
- MATTOSO, Jose. *A nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: editorial estampa, 1981. Coleção imprensa universitária, nº19.
- MATTOSO, Jose. Identificação de um País - ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. vols 1 e 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos. Editora Portucalense, v. 2, 1929.
- SARAIVA, J. S. e LOPES, O. (org.) *História da literatura portuguesa*. Porto: Editora Porto, 2000. 17ª edição.
- SERRAO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado Pátria e Nação (1080-1415)*. Lisboa. Editorial verbo, v. 1, 1977.
- SOUSA, Armindo de. A monarquia feudal (1096-1480). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa. Editorial Estampa, v. 2, 1993.